

**CVM**

**CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER**

**Gaza, ano zero: as raízes do  
Holocausto palestino  
[parte 7]**



**Bernardo Kocher**

**<http://centrovictormeyer.org.br/>**

# **Gaza, ano zero: as raízes do Holocausto palestino [parte 7]**

**Bernardo Kocher**

Prof. História Contemporânea

Universidade Federal Fluminense

Publicado no [Opera Mundi](#) em 13 de junho de 2024.

## **A incorporação da dimensão imperialista da dominação da Palestina é o ponto que falta às manifestações populares contra a política social genocida de Israel**

Iniciamos esta coluna analisando material e simbolicamente um fato que em todas as suas dimensões representa integralmente tanto a tragédia da política social genocida que se abateu sobre o povo palestino quanto a resiliência dos justos que eles demonstram. Referimo-nos aqui à libertação, em 8 de junho de 2024, de quatro detidos desde 7 de outubro de 2023 que se encontravam no campo de refugiados de Nuseirat, no centro do enclave. Após bem-sucedida operação de inteligência e ação militar devastadora sobre a população civil local, computando cerca de 270 mortos e 698 feridos (o maior número de mortes em 24h desde o início da invasão), a destruição perpetrada pelo sionismo parecia ter finalmente encontrado um ponto de apoio inequívoco para legitimar a sua continuidade.

Após meses de crescente deslegitimação deste hediondo processo – oriunda de vários segmentos, como a opinião pública mundial, estudantes universitários, vários governos do Oriente Médio e de outros continentes, da ONU, de tribunais e cortes de justiça internacionais, e, fundamentalmente, de parcela da população sionista –, o governo genocida parecia ter encontrado um respiro. Sua tese central sempre foi, desde o início da invasão da Faixa de Gaza, que a destruição física do enclave e do seu povo traria a derrota do islã político e a libertação dos detidos. Como tal situação não havia se apresentado factível até o cinematográfico desenlace da libertação dos cativos – e dado o desgaste para o gabinete de guerra de ter ocorrido anteriormente ao incidente de fogo amigo que matou três reféns fugitivos –, a tese do governo em relação à libertação dos cativos parecia, até aquele momento, destinada apenas ao desgaste.

Até o dia 8, o que foi tomado como válido era a “guerra pela guerra” contra o povo palestino, presumidamente escrava do islã político. Eis que um número muito reduzido de cativos foi libertado e apresentado à mídia em boas condições físicas, o que o governo sionista apresentou como um exemplo de sucesso da sua política. Mesmo que de forma não efusiva, dada a catástrofe humanitária produzida pelos sionistas para execução deste ato, o fato foi tomado como positivo e como indicador do fim das hesitações dentro da sociedade sionista sobre a condução da guerra (e não das negociações) como forma de libertação dos cativos, além de um sinal verde para a continuação do bombardeio indiscriminado de civis para derrotar a guerrilha.

Mas o usufruto desta vitória militar reverteu-se rapidamente, provocado por uma crise política que merece nossa atenção. O pedido de demissão, em 9 de junho, de três importantes ministros do governo que estão no

gabinete de guerra (e que já haviam indicado insatisfação com os destinos da Faixa de Gaza, apenas após a vitória), aponta à possibilidade de realização de novas eleições e, em consequência, à possível adoção de uma nova orientação para lidar com a detenção dos cidadãos do Estado sionista. O fato determinante para que esta crise se torne uma mola mestra do encerramento desta fase “suja” da guerra é uma situação constrangedora, apontam as forças de resistência sem muita repercussão na mídia: [a libertação bem-sucedida vitimou outros cativos](#). Talvez nunca seja constatada a veracidade desta informação ou quantas foram as perdas de vida, mas o que horas antes foi uma vitória impecável pode ter se tornado num piscar de olhos uma vitória manchada de sangue da população civil que se procurava libertar.

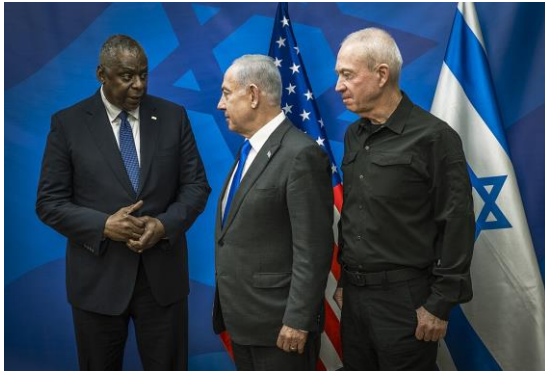


Foto: O secretário da Defesa dos EUA, Lloyd Austin, com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e o ministro da Defesa israelense Yoav Gallant. Outubro de 2023. (Chad J. McNeeley / DoD)

Ancorada no senso comum de um sentimento de justiça, a operação militar despejou centenas de bombas em pessoas inocentes ao redor do cativeiro para a soltura dos cidadãos do Estado sionista. Este ato em si, chamado de um “bombardeio louco” por uma testemunha dos acontecimentos [em entrevista à rede de televisão CNN](#), nos traz a imagem do que é a essência da ocupação da

Palestina pelo sionismo desde o seu começo. Este processo conjuga, para a sua execução: a) a infalibilidade (ou a crença quase divina) do seu poderio militar, b) altíssimo preparo de tropas de elite, c) apoio internacional, principalmente dos Estados Unidos da América, e, d) um sonoro desdém com os danos colaterais que afetem os civis palestinos. Como o resultado alcançado foi positivo para o Estado sionista, parece que esta lógica é legitimada pelo sucesso; caso fracassasse, um apelo emocional ao destino sofrido do povo judeu contabilizaria a derrota no inescapável sacrifício dos soldados na defesa dos seus e, desta forma, também legitimaria esta operação independentemente dos problemas políticos que adviessem daí. Neste último caso, enfim, o esquecimento acabaria por fechar as cicatrizes.

Sendo assim, [como indicado anteriormente neste Opera Mundi](#), Rafah pode se tornar a base de um ponto de inflexão de todo o processo iniciado em outubro passado, e a decomposição do gabinete de guerra, mesmo depois do sucesso da operação, demonstra este fato. Nesta chave, a vitória militar da política social genocida é genuína, mas esta não representa “a” vitória final da destruição do islã político. Nem mesmo a mais arguta figura do alto-comando do sionismo é capaz de demarcar com atos militares brutais e perfeitos um processo de conquista total da subjetividade e resistência aos infortúnios na luta pela sobrevivência do povo palestino. Isto ocorre porque os invasores são, de fato, um maldito enclave de uma população ocidental numa região com cultura e valores próprios, incompreendidos (e se compreendidos, não aceitos) pelos ocupantes. Só resta aos invasores infligir sacrifícios e barbaridades inumanas ao povo originário; só resta ao povo palestino a opção de resistir e sobreviver. Nada pode ser analisado sem considerar esta equação: a favor da morte <== a favor da vida. É isto o que ocorre na Faixa de Gaza, nem mais nem menos.

[Em artigo anterior neste Opera Mundi](#) indicávamos que a invasão de Rafah significaria mais do que o último estágio da política social genocida do povo palestino na Faixa de Gaza pela ocupação completa do território da Faixa de Gaza. Dissemos na análise publicada que Rafah significava um timing na efetivação deste processo, eventualmente articulada com a capacidade do movimento estudantil estadunidense em adiar ou mesmo cancelar o início da invasão. Citamos o que foi publicado então:

“Intuímos que um dos impactos das manifestações é que estas têm a capacidade potencial de interferir num timing muito próprio da política social genocida em execução; seu encorpamento e presença na mídia nas últimas semanas enseja uma necessária ação rápida por parte de governos e autoridades universitárias para minimizar seu impacto de denúncia que elas realizam cotidianamente. Esta tensão criada pela proatividade dos jovens poderia radicalizar a opinião pública num eventual ataque sobre a cidade de Rafah, intenção que o Estado sionista está anunciando há semanas.”

Tendo iniciado a brutal invasão deste último espaço do enclave, podemos já fazer algumas reflexões sobre a pertinência da análise conjuntural realizada semanas atrás. O Estado sionista se precaveu (na medida do possível) de um eventual e avassalador crescimento da oposição às suas ações nos últimos meses. Eles obrigaram, mais uma vez, os refugiados a se locomoverem, retornando muitas vezes aos seus locais de moradia, para constatarem *in loco* os horrores da destruição física de seu meio. Um milhão de cidadãos palestinos fugiram do norte para o sul do enclave tentando evitar sua aniquilação no caminho.

Esta “Marcha da Vida”, agora a Palestina, parece ter sido imposta às autoridades sionistas pela investida do Tribunal Penal Internacional sobre o seu governo, obrigando-o a dar uma mínima chance de sobrevivência aos refugiados. O TPI e seu promotor Samuel Karim Kham, ao pedir em 20 de maio a prisão por crimes de guerra de dois dirigentes sionistas (além de outros três dirigentes do Hamas), pôs por terra a lenda de que “o exército de Israel é o mais moral do mundo”.

Esta medida judicial maculou de uma forma imprevisível a imagem do Estado sionista como refúgio de perseguidos e sobreviventes de um genocídio. Mas isto, certamente, não moveu um milímetro a intenção dos governantes sionistas de suas próprias práticas sociais genocidas. Isto não ocorre apenas por arrogância, mas por uma bem estabelecida situação do Estado sionista junto a aliados, firmemente ancorada em relações bilaterais sólidas com os interesses do imperialismo “clássico” da Europa e dos Estados Unidos da América dentro do Oriente Médio. Tal situação sub-imperialista de que usufrui o Estado sionista dentro de um emaranhado de relações diplomáticas com seus mentores o torna, digamos, “incólume” aos efeitos de medidas judiciais oriundas de um sistema internacional baseado no multilateralismo.

Precede a expulsão da população palestina de Rafah (mais) uma demonstração das intenções genocidas deste mesmo Estado acolhedor das “suas” vítimas sobre as vítimas que eles produziram. Desdenhando a posição do TPI, a entidade sionista lançou em 26 de maio um violento ataque contra as populações que ainda não tinham tido condições de sair de Rafah. Este ato hediondo foi efetuado num acampamento de refugiados, constituído exclusivamente de precárias barracas abrigando civis vulneráveis, e vitimou cerca de quarenta e cinco cidadãos palestinos, em sua maioria mulheres e crianças.

Incrivelmente, o massacre produziu o resultado político e simbólico esperado (mesmo após as ruidosas críticas mundiais sobre o ocorrido), já que serviu de aviso à população refugiada – que, exausta de vários deslocamentos, tinha dificuldades de mais uma vez percorrer estradas com risco de bombardeamento e alvejamento por *snipers* –, e que foi finalmente convencida de que era mandatório se evadir de Rafah.

O curioso neste trágico episódio é que o ataque do Hamas com foguetes sobre Tel Aviv em 26 de maio – apontado como causa pelo Estado sionista para a consecução deste bombardeamento – ocorreu pela manhã, mas o acampamento foi atacado à noite. Alegando uma política de auto-defesa, o Estado sionista aponta, como sempre, que daquele ponto em que despejaram seus mísseis é que foram lançados alguns dos foguetes que atingiram o território da entidade sionista, daí a justificação deste contra-ataque. Mas o interessante nesta pantomima montada pelos sionistas é que a resposta veio horas depois, quando os equipamentos de lançamento e possíveis foguetes a serem lançados já não estariam mais no local, não tendo o ataque, portanto, fins práticos. Se o contra-ataque fosse uma operação militar, este deveria ser imediato; como a intenção não foi jamais desarticular a ofensiva simbólica perpetrada pelo islã político (no sentido de demonstrar capacidade militar como antes de 7 de outubro), só temos uma conclusão a chegar sobre estes dois episódios: o Hamas atacou e o exército sionista... se vingou, por pura maldade.

Ainda mais bizarro: é conhecido entre a população do enclave a expressão “*zanana*”, que se refere a um drone utilizado pelos sionistas para vigilância contínua do território da Faixa de Gaza que produz um infundável som irritante, como uma mosca. A pergunta que não quer calar: este sofisticado mecanismo de vigilância não teria



localizado de pronto a localidade de onde os foguetes foram lançados? É inimaginável que não se daria desta maneira, o que reforça a nossa hipótese de que a intenção dos invasores foi a de se vingar a esmo, ação típica da política social genocida do Estado sionista. Uma vez não tendo localizado o local do lançamento, só restou à aeronáutica sionista produzir mais um efeito demonstração da sua eterna conduta genocida. Quando questionado sobre a necessidade deste bombardeamento covarde, Benjamin Netanyahu explodiu sua hipocrisia indicando ter sido um erro (sic) o lançamento do míssil sobre populações civis desarmadas. E mais, reafirmou sua análise, meio que lançando a culpa do ocorrido sobre as vítimas, ao afirmar no parlamento: “Para nós foi uma tragédia, para o Hamas é uma estratégia”.



Drones modelo Hermes 450 e Hermes 900, da Elbit Systems, voam voando em baixa altitude. (Foto: Nehemia Gershuni-Aylho / [www.ngphoto.biz](http://www.ngphoto.biz) / Wikicommons)

Este enredo macabro é mais um na sequência interminável de ações que transcendem as leis da guerra. Seu deslindamento não traz nenhum fato novo em si, mas enseja a consagração definitiva de que o que está ocorrendo na Faixa de Gaza é uma política social genocida. Estes fatos reanimaram o movimento das ruas a

favor da causa palestina, já que o movimento estudantil solidário com o povo de Gaza começa a esmorecer.

O bombardeamento de civis inocentes em Rafah foi ainda capaz de estimular o reconhecimento da Palestina como um Estado soberano pelos governos da Espanha, Irlanda e Noruega e, proximamente, conforme informações da imprensa, a Eslovênia, Bélgica e Malta seguirão o mesmo caminho. A França admite tal reconhecimento, mas a ser realizado em condições mais adequadas, em futuro indefinido. Apesar de alvissareiras, estas adesões a um pacto social internacional que inclua a Palestina como Estado Nacional soberano neste momento está sendo construído um deslocamento do foco da questão da política social genocida. É o que parece indicar, por exemplo, o renomado professor de História do Oriente Médio, Joseph Massad. Para ele o que deve ser tratado agora não é o reconhecimento de um fictício Estado palestino mas, ao contrário, a anulação do reconhecimento do Estado sionista.

Dentro desta dinâmica de implementação de um genocídio em doses cavalaramente homeopáticas, a política internacional vai se movendo qual fosse uma serpente em busca de uma refeição. Ela é incapaz tanto de encerrar este episódio quanto de argumentar sua legitimidade: fica aberta, assim, a polarização ideológica em torno da causa palestina. Mas os episódios que ora estão em curso parecem indicar que a serpente encontrou uma fonte de alimento. Pela primeira vez a conjugação de todos os fatores possíveis para que tal exposição ocorresse estão presentes. O primeiro é o ato de 7 de outubro, muito próximo em objetivos dos praticados por comandos de militantes que, nas décadas de 1960 e 1970, utilizavam sequestros de aviões para denunciar a ocupação da Palestina por estrangeiros. O segundo é a movimentação de massas em várias partes, sensibilizadas pela primeira

vez de forma pública, que se manifestam pública e criticamente quanto às consequências da tomada pelos sionistas das terras dos palestinos, dos seus brutais métodos de ocupação, exclusão e aniquilação da população nativa. Esta salutar manifestação não tem utilizado, até o momento e de forma pública, a expressão mágica que pode denunciar, para além da dimensão pequeno-burguesa de percepção de justiça, o trágico destino do povo palestino. A incorporação da **dimensão imperialista da dominação da Palestina** por estrangeiros é o ponto que falta para as manifestações populares contra a política social genocida se transformem em manifestações populares contra as causas que produzem esta orientação de tratamento inumano do povo originário. Mas, para que tal ocorra, temos que considerar que o nível de compreensão da juventude nas ruas e da classe trabalhadora de seus países tenha que alcançar a própria condição do mundo do trabalho nas sociedades em que vivem. A [correlação de forças entre estudantes e trabalhadores](#) nas manifestações de rua em solidariedade ao povo palestino [já foi por nós abordada aqui neste Opera Mundi](#).

Finalmente, um terceiro fator é o stress interno da sociedade sionista, dividida em torno da política de “guerra pela guerra” que desconsidera a libertação dos reféns pela negociação. Dentro deste quadro está a verdadeira possibilidade de produzir o que chamamos anteriormente de “sionismo interno”, uma crise tal que, no interior de um drástico e profundo conflito distributivo, inviabilize a continuidade da política social genocida do povo palestino.

Nossa análise também considerou anteriormente o papel do movimento estudantil sobre uma eventual ampliação de suas manifestações para setores do movimento trabalhista que poderiam criar uma situação de questionamento mais

contudente e produzir um atraso ou até mesmo o bloqueio do ato final da matança. Mas, infelizmente, notamos que já começam a escassear no noticiário a presença das manifestações estudantis em solidariedade à Palestina, voltando o movimento de massas a ter as mesmas características do que tivera desde o início da invasão da Faixa de Gaza até o início das manifestações estudantis. Resumem-se a passeatas públicas com bom número de participantes que não conseguem, no entanto, produzir um sinal de questionamento para o que ocorre no Oriente Médio, já que se sustentam na simples reprodução de palavras de ordem oriundas das bandeiras liberais típicas da pequena burguesia (direitos humanos, soberania, liberdade, genocídio, etc.) sem conseguir arranhar a argamassa da repressão política a que estão condicionados, e que já produziram efeitos consideráveis na contenção do movimento estudantil. Ficam desta forma, limitados a construir uma coalizão em favor da causa palestina.

Ainda, o resultado das eleições do parlamento europeu, ocorridas em 9 de junho de 2024, com a vitória da extrema-direita (mesmo que moderada e contando com a manutenção de uma maioria centrista) diminui a capacidade dos países relevantes para a determinação da questão palestina em desejar influenciar a favor das vítimas da política social genocida. O resultado eleitoral também indica que a classe trabalhadora destes países realmente protestou pela via eleitoral, mas tal ação não considerou as contradições sociais (e daí a questão palestina). O voto de extrema-direita dos eleitores denuncia a escassez de políticas públicas para a reprodução social dos trabalhadores e esta orientação macroeconômica foi, em grande parte, produzida por governos de centro-direita e centro-esquerda que optaram pela política de confronto e de guerra (na Ucrânia, contra a Rússia, e no Oriente Médio, contra o povo palestino) além da manutenção do neoliberalismo no interior das políticas

públicas. O desgaste político pelo alongamento destes conflitos, com poucas chances de serem encerrados (com vitória) em curto prazo, provocou na classe trabalhadora, setores médios e agricultores (franceses) um sentimento de perda de referências do papel do Estado de bem-estar. Estes importantes segmentos políticos e com grande contingente eleitoral procuraram se apoiar em uma eventual política de extrema-direita que pretende introduzir o protecionismo e a recuperação autárquica da economia, o que lhes daria a sensação de que existe um Estado “presente”. A depender agora das futuras eleições francesa e norte-americana e do desenrolar da crise política aberta na Alemanha com o avanço dos partidos de centro-direita, uma nova dimensão do que ocorre no Oriente Médio poderá surgir. Não cremos, no entanto, que transformarão a situação do povo palestino.

O que ocorre na política europeia e norte-americana em relação à questão palestina é o que também ocorre na política sionista. Todos suportam o sionismo interno, procurando aniquilar e negar física e simbolicamente o povo palestino. O que certamente assistiremos nestes dois episódios (a crise do gabinete de guerra israelense e as eleições para o parlamento europeu e as futuras eleições europeias e norte-americanas) é uma mudança programada na política interna sem maiores consequências para modificar a política externa destes em relação ao sionismo interno. Para eles, esta orientação de Israel para a questão palestina é quase um assunto de política interna.

\* \* \*